

LEITURA E ESCRITA DO MUNDO COM A MATEMÁTICA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A REPRESENTATIVIDADE

Denner Dias Barros¹

GD 13 – Educação Matemática e Inclusão

Resumo: Pessoas pertencentes à grupos intitulados como sub-representados foram excluídos de diversos espaços da sociedade, seja por ser gênero, raça, orientação sexual, religião, condição socioeconômica, dentre outros aspectos. Buscando uma sociedade mais justa e com mais equidade, elas têm se organizado com suas similaridades e diferenças através de movimentos sociais que realizam mobilizações para lutar por mudanças e maior representatividades destes grupos. Estes espaços de luta também podem se constituir como lugares de aprendizado e produção de conhecimento, ou seja, a luta é pedagógica. O objetivo desta pesquisa é investigar possibilidades de ações de leitura e escrita do mundo com a matemática em movimentos sociais que abram espaços para reflexões sobre representatividade. Dentre as diversas possibilidades de aprendizado nos movimentos sociais, reconhecemos a matemática com seu caráter transformador e consideramos que ela pode se constituir em uma poderosa ferramenta de interpretação de situações de opressão vivenciada por tais grupos. Com embasamento na teoria da Educação Matemática Crítica e na Educação Matemática para Justiça Social em que a matemática tem potência para proporcionar uma melhor compreensão e combate das desigualdades e injustiças. Assim, buscaremos compreender como a matemática se faz presente nestes espaços e como pode contribuir para a formação de cidadãos que possam compreender as condições sociopolíticas, culturais e históricas da vida, da comunidade, da sociedade e do mundo e, além disso, lutar para realizar mudanças. Adotando um caráter qualitativo, os dados serão produzidos a partir de gravações de áudio e vídeo na realização de rodas de conversas em movimentos sociais.

Palavras-chave: Educação Matemática. Leitura e escrita do mundo com a matemática. Justiça Social. Representatividade. Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 20 de abril de 1997, logo após as atividades do dia do índio, o líder indígena Galdino Jesus dos Santos foi brutalmente assassinado na cidade de Brasília. O cacique que estava na cidade para participar de eventos referentes à data comemorativa retornou para a pensão que estava hospedado e não pôde entrar, pois já passava do horário em que era permitido. Por isso, Galdino encaminhou-se para uma estação de ônibus próxima para descansar. De acordo com o jornal Correio Brasiliense, cerca de duas horas depois, cinco jovens chegaram em um carro e atearam fogo no índio, que de acordo com o relato dos criminosos, foi confundido com um morador de rua.

¹ Universidade Estadual Paulista – Unesp, câmpus de Rio Claro/SP; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (doutorado); dennerdias12@gmail.com; orientador: Ole Skovsmose.

Ana Maria Araújo Freire ao organizar o livro *Pedagogia da Indignação* (2016), nos apresenta a última carta escrita por Paulo Freire. De acordo com a autora, no dia 21 de abril de 1997, Freire ao saber do ocorrido escreve "Do Assassinato de Galdino Jesus dos Santos – índio Pataxó", um texto que demonstra firmeza, profundidade e reflete sobre o ato de crueldade realizado e que para tal ação, "o índio não era um tu ou ele. Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva" (p.75). O autor questiona este ato desumanizador, onde julga-se o "outro" como sendo inferior e não como merecedor da vida.

Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente. Fico a pensar aqui, mergulhado no abismo de uma profunda perplexidade, espantado diante da perversidade intolerável desses moços desgentificando-se, no ambiente em que decresceram ao invés de crescer (FREIRE, 2016, p.75).

Paulo Freire questiona neste texto o valor da vida e como a educação deve ser pautada no amor pela vida, própria e do outro, e pelo mundo. Deve-se sempre escolher a equidade, a vida e o respeito ao diferente e buscar vencer as injustiças, a morte e a intolerância.

Marielle Franco, 38 anos, mulher, negra, pertencente à comunidade LGBTQ+, foi a 5ª vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro/RJ nas eleições de 2016. Ela liderou diversas lutas em busca de uma sociedade com mais equidade e respeito às diferenças. No dia 14 de março de 2018, Marielle e seu motorista Anderson foram assassinados com 13 tiros. As investigações seguem sob sigilo, mas ainda sem uma resposta para as perguntas: Quem matou Marielle Franco e qual o motivo? Ter uma mulher negra no poder incomoda? Quando pensamos nestes crimes de ódio e em muitos outros que poderiam ser citados, surgem diversos questionamentos acerca da sociedade e como às pessoas lidam com as diferenças. Djamila Ribeiro (2018) em seu livro "Quem tem medo do Feminismo Negro?", apresenta uma coletânea de textos escritos por ela que discutem questões sociais relacionadas com a presença da mulher negra em diferentes contextos. No texto "Uma mulher negra no poder incomoda muita gente", a autora conta a história de Tyrus Byrd, uma missionária e escritora da cidade de Parma, Missouri, nos Estados Unidos, de aproximadamente 700 habitantes. Tyrus concorreu em 2015 e venceu as eleições para prefeita por 37 votos do antigo prefeito que ficara 37 anos no poder.

Após a primeira mulher negra assumir este cargo na cidade, muitos funcionários e servidores públicos pediram demissão, alegando "questões de segurança". Ribeiro (2018) questiona: "Afim, o que pode haver de tão assustador no fato de uma mulher negra governar

a cidade?" (p. 59). A autora ressalta o fato de que não podemos deixar de questionar esta ação machista e racista cometida por estes funcionários, todos homens brancos. Entretanto, coloca em discussão:

(...) também vejo um lado positivo nisso tudo: se uma mulher negra no poder assusta tanto a ponto de servidores públicos se demitirem, é porque se está desnaturalizando o lugar de submissão que foi construído para nós, por julgarmos que certos espaços não nos pertencem (RIBEIRO, 2018, p. 59).

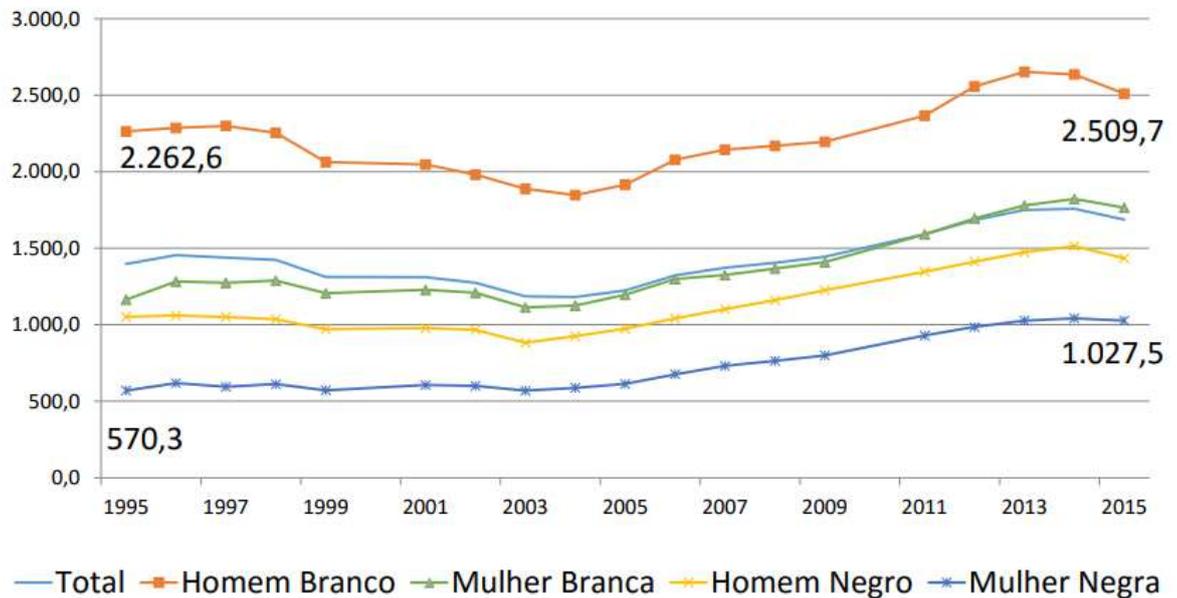
Diversos grupos, intitulados como sub-representados² têm sofrido situações de exclusão, opressão e injustiça em nosso país. Entretanto, assim como aconteceu Tyrus Bird acreditamos que esta perspectiva de que determinados grupos não têm o direito de existir em alguns espaços pode e deve ser desnaturalizada. O termo sub-representados pode ser relacionado com o fato destes grupos aparecerem como não-pertencentes de alguns espaços e em situação de opressão pelas relações estabelecidas.

De acordo com o relatório do Grupo Gay Bahia (GGB), instituição oficial mais antiga na luta em defesa dos LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queers e mais), foram registrados 343 assassinatos por crime de ódio à estas pessoas no Brasil em 2016 e houve um aumento para 445 em 2017. Este foi o índice mais alto na história das avaliações da instituição que realiza esta pesquisa a 38 anos. Isto quer dizer que aproximadamente a cada 19 horas um LGBTQ+ morre por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, fazendo do Brasil, líder no ranking de crimes contra esta população.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou o "Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015" com o objetivo de apresentar diversos dados sobre aspectos da vida social pautados nas diferenças de gênero e raça. De acordo com este documento, a população negra aparece ao longo de todo este período representando os maiores índices de analfabetismo, em 2015, 11,1% das mulheres negras e 10% dos homens negros eram analfabetos e, em contrapartida, 4,9% das mulheres e homens brancos eram classificados desta forma. Um outro resultado obtido é acerca do rendimento mensal no trabalho principal da população ocupada acima de 16 anos, retratado na Figura 1.

² Foi adotado este termo, uma vez que não se constituem como minorias numéricas, mas que são vítimas de violência e opressão nos mais diversos contextos (SILVA, 2016).

Figura 1: Rendimento mensal no trabalho principal da população ocupada acima de 16 anos ou mais de idade, por sexo e raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC * rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015

Fonte: http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

O estudo mostra que a população negra possui um rendimento mensal menor do que a branca. Com relação ao gênero, as mulheres permanecem ganhando menos durante todo o período.

Estes dados apresentados são exemplos que nos ajudam a refletir sobre a realidade brasileira e estes cenários de exclusão. Eles representam lutas diárias enfrentadas pelas pessoas pertencentes a estes grupos sub-representados. Vale a pena pensarmos na organização política de nosso país ao olhar para estes dados. Vivemos em um sistema onde as decisões são feitas a partir de representantes. Entretanto, no cenário político brasileiro, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Congresso Nacional³, no período de 2015 a 2018, dos 81 senadores da república, onze são mulheres e dois se declaram negros ou pardos. Dos 513 deputados, temos 51 do sexo feminino, 43 negros e apenas um assumidamente pertencente a comunidade LGBTQ+. Vemos que este cenário não retrata a realidade da população do nosso país, já que, por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aponta que as mulheres são 51,3% do total de eleitores.

³ Os dados referentes ao mandato que teve início em 2019 ainda não foram disponibilizados.

Estes dados nos ajudam a pensar novamente na questão da representatividade, mesmo que ela não diga respeito apenas à política. Os ambientes onde ela se faz presente vão desde os mais institucionalizados até os mais informais, dentro da política, sociedade e cultura. A representatividade, por sua vez, “está diretamente relacionada à sua proximidade com o grupo” (DOWBOR; HOUTZAGER; SERAFIM, 2018, p.18). Então, por exemplo, não significa que uma pessoa LGBTQ+ estar em um espaço significa que ela represente necessariamente a comunidade LGBTQ+, mas suas ações frente à esta posição e o engajamento nas lutas de seu grupo determinarão isso.

Diante deste cenário, grupos tem se organizado com o intuito de lutar por mudanças na sociedade. Judith Butler (2018) fala da importância das reuniões populares organizadas como assembleias. A autora ressalta a importância destes movimentos como expressões de liberdade, mas também de medo para uma sociedade organizada democraticamente, já que falar de soberania popular nem sempre é o mesmo que democracia.

Muitas vezes a democracia pode ser reduzida apenas à realização de eleições para a escolha de representantes que seriam a vontade da maioria. Entretanto, Skovsmose (2001) nos apresenta quatro aspectos que são essenciais para a democracia: Os procedimentos formais tanto para a eleição de um governo como para governar; Distribuição justa de serviços e bens sociais, como a educação e saúde; Oferta de mesmas oportunidades para todos; Plena possibilidade de participação nas discussões e avaliações sobre o governo.

Portanto, quando olhamos para um coletivo organizado, ele pode ou não representar a vontade popular e também pode ou não ter preceitos democráticos. Isso também depende de que ponto de vista é adotado por quem analisa este grupo. Desse modo,

parece importar muito como nomeamos as forças presentes na luta, dado que algumas vezes um movimento é considerado antidemocrático, até mesmo terrorista, e, em outras ocasiões ou contextos, o mesmo movimento é entendido como um esforço popular para a concretização de uma democracia mais inclusiva e substantiva (BUTLER, 2018, p. 8).

Para exemplificar, podemos citar o movimento do partido Europeus Patrióticos contra a islamização do Ocidente⁴ (Pegida) que em 2015 iniciou um movimento anti-imigrantes na Alemanha e afirmavam “Nós somos o povo”, defendendo que os imigrantes muçulmanos deveriam ser expulsos do país. Este movimento representava o interesse de

⁴ *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes.*

uma parcela da população que concordavam com estes preceitos, mas, definitivamente, este não pode ser considerado um movimento democrático.

O Brasil é um país em que as diferenças – culturais, étnicas, de orientação sexual, de gênero, religiosas, socioeconômicas, entre outras – manifestam-se de todas as formas e em todos os âmbitos. Para Candau (2011), os movimentos sociais são importantes neste cenário, pois buscam combater injustiças, como aquelas apresentadas anteriormente, reivindicam maior representatividade dos grupos sub-representados e práticas mais equitativas.

Ressaltar e valorizar as diferenças e garantir a representatividade é lutar por uma sociedade mais justa. John Rawls (2003) propõe que a justiça seja vista como equidade, onde

- (a) cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos; e
- (b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (RAWLS, 2003, p. 60).

Neste sentido, os movimentos sociais têm se organizado para lutar contra injustiças ainda existentes na sociedade. Atitudes que promovam a visibilidade de grupos sub-representados e ações mais equitativas na escola podem oportunizar que ocorram mudanças nas concepções dos estudantes acerca das diferenças. Então, as reflexões promovidas pela diversidade na escola devem ser entendidas como promotoras de possibilidades para a formação de estudantes que não entendam as diferenças como limitadoras, mas como potencializadoras.

A partir destas considerações e de um cenário social de ameaça às diferenças, vemos a educação como promotora de transformações na sociedade. Nas palavras de Freire (2016), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (p. 77).

Gutstein (2003; 2006), inspirado nas obras de Paulo Freire, apresenta a matemática, considerando seu caráter transformador, com condições de desenvolver um pensamento crítico nos estudantes. O autor pesquisa o *ensino e aprendizagem de matemática para a justiça social*⁵, onde estudantes podem *ler e escrever o mundo com a matemática* e, desta

⁵ No original: *Teaching and learning Mathematics for Social Justice*.

forma, ter condições de combater as desigualdades e injustiças. Nessa perspectiva, ler o mundo através da matemática significa

Utilizar a matemática para compreender as relações de poder, desigualdades de recursos e oportunidades díspares entre diferentes grupos sociais e compreender a discriminação explícita baseada em raça, classe, gênero, idioma e outras diferenças. Além disso, significa dissecar e desconstruir mídias e outras formas de representação. Significa usar a matemática para examinar esses vários fenômenos tanto na vida imediata e no mundo social mais amplo quanto para identificar relacionamentos e estabelecer conexões entre eles (GUTSTEIN, 2003, p. 45)⁶.

Nesta acepção, a matemática pode contribuir para que os estudantes compreendam sua relação com o mundo e interpretem situações de opressão. Além deste desenvolvimento do senso crítico para identificar as desigualdades, Gutstein (2006) fala da importância da escrita do mundo com a matemática, que é quando ações são efetivamente realizadas para mudar a sociedade.

O autor reforça que a Educação Matemática, onde ainda pouco se discute sobre esta temática, pode servir à missão de emancipação humana descrito no livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (1987). Assim, todos os professores precisam ser transgressores, enxergar seus papéis como formadores para propiciar que seus alunos tenham condições de realizar mudanças reais na sociedade.

Outro fator importante da teoria de Gutstein (2006) é que a escola não é o único espaço onde os conhecimentos são produzidos, mas que a Educação Matemática para a Justiça Social é produzida na sociedade e o conhecimento crítico é originário principalmente nos momentos de luta, ou nas palavras do autor, "a luta é pedagógica".

O envolvimento com as lutas de uma comunidade é essencial para o autor que reforça a importância do desenvolvimento de uma clareza política, principalmente por parte dos educadores, para que possam trabalhar na perspectiva de uma educação verdadeiramente emancipadora e que contribua para a leitura e escrita de mundo. Inspirado nas ideias de Freire, Gutstein (2006) reforça a ideia de que as lutas são espaços de aprendizagem, já que é o melhor lugar para o desenvolvimento de uma consciência crítica, pois uma pessoa não aprende a nadar em uma biblioteca.

⁶ *To use mathematics to understand relations of power, resource inequities, and disparate opportunities between different social groups and to understand explicit discrimination based on race, class, gender, language, and other differences. Further, it means to dissect and deconstruct media and other forms of representation. It means to use mathematics to examine these various phenomena both in one's immediate life and in the broader social world and to identify relationships and make connections between them.*

Após um levantamento de estudos da Educação Matemática para Justiça Social foi possível perceber que ainda não foram realizadas pesquisas que têm a questão da representatividade como tema central. Além disso, inquietações surgem dessa problemática: O que pode ser aprendido nos movimentos sociais e nas lutas? O que se fala sobre representatividade nestes espaços? Que matemática está presente nestes contextos?

Considerando o contexto atual apresentado, a importância de que estudos sobre a temática da representatividade sejam feitos na Educação Matemática e que os Movimentos Sociais devam ser entendidos como espaços de aprendizado e produção de conhecimentos, surge a presente pergunta de pesquisa: **“Que possibilidades de aprendizado podem emergir de movimentos sociais para favorecer a leitura e escrita de mundo com a matemática e que abram espaço para discussões sobre representatividade?”**

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento metodológico da pesquisa será de natureza qualitativa, dado que, os estudos deste tipo, segundo Goldenberg (2004, p.49), “objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”.

Esta pesquisa será realizada em um movimento social que se constitui em uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQ+ na cidade de Presidente Prudente/SP chamada Casassa. O pesquisador já estabeleceu um primeiro contato com este movimento para verificar a disponibilidade do mesmo para a realização da pesquisa.

A instituição escolhida é uma organização criada coletivamente com uma estrutura em constante mudança. Ela possui duas finalidades principais: o acolhimento de pessoas da comunidade LGBTQ+ e além disso, promove atividades de cunho cultural e educativo.

A primeira etapa da produção de dados será formalizar a participação do pesquisador no movimento social, atentando-se para os procedimentos éticos da pesquisa. Neste momento, o intuito será esclarecer os objetivos do pesquisador e também conhecer um pouco mais.

Enfatizamos a importância do pesquisador estar atento para questões específicas que pretende observar durante a produção dos dados e para outras variáveis que não foram inicialmente previstas.

A totalidade de qualquer objeto de estudo é uma construção do pesquisador, definida em termos do que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa. É irreal supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo. Na verdade, o pesquisador acaba se concentrando em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância (GOLDENBERG, 2004, p. 51).

Um estudo aprofundado sobre os movimentos sociais e especificamente o movimento LGBTQ+, principalmente no Brasil, será parte importante da produção de dados para uma aproximação maior dos desafios deste público.

Depois disso, será realizado um período de vivência no movimento social e rodas de conversas. Ambas as etapas possuem Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que serão devidamente assinados pelos participantes antes do início da produção de dados. Os participantes do primeiro momento de Vivência na Casassa serão convidados para assinar o TCLE – Colaboradores e os participantes do segundo momento Rodas de Conversas serão orientados para a assinatura do TCLE – Participantes das Rodas de Conversas. Caso participe dos dois momentos, terá acesso aos dois termos e será convidado para assinar ambos previamente.

No período de vivência na Casassa, o pesquisador buscará se engajar nas atividades promovidas, compreender na prática o que é realizado por cada um dos grupos e tentar identificar características que possam contribuir para melhor entendimento sobre a questão da pesquisa.

A Casassa é uma casa que conta com quartos para acomodações dos moradores e áreas comuns como a cozinha, sala e espaço para convivência. Serão nestes espaços coletivos onde as conversas e interações com o pesquisador serão promovidas, sendo sempre agendadas com antecedência, respeitando a organização da casa e privacidade dos moradores.

Durante o primeiro mês da produção de dados, o pesquisador vai participar de atividades organizadas pela Casassa. Todos os meses é feito um bazar com roupas recebidas através de doações e que são vendidas para ajudar nas despesas da casa de acolhimento. Também existe o projeto “Anjos da Casassa” que oferece serviços gerais como limpeza, passeio com animais, e serviços de manutenção realizados por pessoas LGBTQ+ (moradores e outras da comunidade) do qual o pesquisador vai buscar conhecer e participar.

Será realizada também uma conversa com os colaboradores da Casassa, para compreender como a casa foi constituída e suas experiências neste espaço. Além disso, o

pesquisador estará aberto para participar de outras atividades que forem promovidas neste período. Durante todas as atividades o pesquisador estará atento para possíveis constrangimentos causados aos participantes e deixará claro que poderão deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e negarem responder perguntas em que não se sentem à vontade para responder.

O pesquisador também estará atento à presença da Matemática neste espaço para verificar se ela se manifesta e de que forma isso ocorre, seja através de espaços mais formais, como aulas e oficinas ou para legitimar um discurso, por exemplo.

Após esta vivência, serão propostas as realizações de rodas de conversa abertas para todos os membros do movimento social. Estes espaços de discussão serão inspirados nos círculos de cultura propostos por Freire (1987). Para o autor, um círculo de cultura é composto por pessoas que não ocupam lugares superiores ou inferiores, mas onde todos possam construir um saber solidário, onde cada um ensina enquanto aprende e aprende enquanto ensina.

Um aspecto fundamental advindo dos círculos de cultura de Paulo Freire e que serão adotadas nas rodas de conversa é o diálogo. Para Freire (1987), trabalhar em uma perspectiva dialógica em um círculo de cultura é reconhecer que cada pessoa é única e seus saberes e experiências têm valor. Além disso, o autor ressalta que ninguém educa o outro ou se educa sozinho, mas isso ocorre mutuamente, na interação com o outro mediatizados pelo mundo. Sendo assim, os círculos de cultura são espaços favoráveis para a realização de propostas educativas, culturais e políticas.

A organização de cada roda de conversa será baseada na temática principal que será abordada e sempre buscará trazer discussões que envolvam Educação Matemática Crítica e os Movimentos Sociais. Serão convidados para participar os moradores e colaboradores da Casassa, além de pessoas interessadas da comunidade, até o limite de 15 participantes. Todas as atividades serão explicadas no início e haverá a oportunidade de dúvidas serem sanadas e de algum participante recusar participar de algum momento das atividades. Para a realização das atividades, será realizada uma das áreas comuns da Casassa que já costuma acolher público superior ao que foi indicado na pesquisa e cuja autorização já foi dada pelos responsáveis pelo espaço. Serão realizados quatro encontros com duas horas de duração em cada uma.

A primeira etapa do processo de análise do material produzido será composta de transcrições dos dados de áudio e vídeo das rodas de conversas e análise das anotações do pesquisador durante as observações da primeira etapa. Esse processo não é linear, pois é necessário que as gravações e anotações avancem e voltem diversas vezes e que sejam ouvidas e vistas repetidamente para que sejam devidamente transcritas e novas informações sejam percebidas. Bauer e Gaskell (2002), sugerem que é importante sempre retomar os objetivos e finalidades da pesquisa buscando por padrões e detalhes particulares.

O olhar para as anotações e a realização das transcrições também fazem parte da análise, pois ao entrar em contato mais aprofundado com o material, o pesquisador se apropria melhor dos dados. Com as transcrições feitas, será o momento de trabalhar com os dados, buscando torna-lo mais claro e organizado, com auxílio das gravações, do diário de campo do pesquisador e dos registros escritos dos participantes. Para Marconi e Lakatos (2003, p.168), no decorrer da análise o pesquisador consegue obter maiores detalhes decorrentes de seu trabalho, buscando refletir sobre as indagações e procurando estabelecer relações entre os dados. Por fim, serão estabelecidos temas para a análise que serão discutidas à luz da teoria de Gutstein (2003; 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que apesar de encontrarmos algumas pesquisas que discutem a temática da representatividade e outras que falam acerca do ensino e aprendizagem de Matemática para a Justiça Social, como apresentadas na introdução, a relação entre ambas as temáticas é inovadora e carece de ser explorada.

Espera-se que a realização da pesquisa possa contribuir com as discussões sobre o ensino e matemática para a justiça social e propicie que se ampliem os espaços para discussão sobre representatividade nas aulas de Matemática visando uma sociedade com melhores condições de combater as desigualdades e injustiças.

REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- CANDAU, V. M. Educação escolar e culturas diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez., 2011.
- CORREIO BRASILIENSE. Morte do índio Galdino, em Brasília, completa 21 anos hoje. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna_cidadesdf,675182/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos-hoje.shtml>. Acesso em 7 jul. 2019.
- DOWBOR, M.; HOUTZAGER, P.; SERAFIM, L. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: CEBRAP: IDS, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- _____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra. 2016.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GRUPO GAY BAHIA. **Relatório 2016: Assassinatos de LGBT no Brasil**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- _____. **Relatório 2017: pessoas LGBT mortas no Brasil**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2019.
- GUTSTEIN, E. Teaching and learning mathematics for social justice in an urban, Latino school. **Journal for Research in Mathematics Education**, v. 34, n. 1, p. 37-73, 2003.
- _____. **Reading and writing the world with mathematics: toward a pedagogy for social justice**. New York, NY: Routledge, 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- RAWLS, J. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2003.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, G. H. G. **Equidade no acesso e permanência no ensino superior: o papel da educação matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados**. 2016. 359 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2016.
- SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia**. Campinas: Papirus, 2001.